

Termo de Referência 32/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
32/2024	200370-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - SC	NELSON BREZOLIN ROTA	10/07/2024 13:27 (v 3.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		08490.000658/2024-34

1. Definição do objeto

Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de serviços de reforma na SR/PF/SC, conforme as especificações contidas neste Termo de Referência e seus anexos.

O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

A presente contratação adotará como regime de execução a *Empreitada por Preço Global*.

O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.

O prazo de execução é de 60 dias corridos a contar da emissão da Ordem de Serviço pela fiscalização.

2. Fundamentação da contratação

A fundamentação, justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

A contratação seguirá a modalidade de licitação cotação eletrônica, conforme a Lei 14.133/2021.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. O principal impacto ambiental da contratação está relacionado a produção de entulho de obra. Foi previsto em projeto o correto descarte de cada tipo de entulho de acordo com sua especificidade.

Subcontratação

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.2.1 A subcontratação fica limitada a 25% do valor total do objeto.

4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.5. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.6. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.8. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 16 horas.

4.9. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.11. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.12. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Levantamento detalhado dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: conforme orientação da fiscalização

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: de acordo com o cronograma físico-financeiro anexo ao processo.

Materiais a serem disponibilizados

5.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades que forem necessárias.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.3. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.3.1. Todos os serviços a serem executados estão devidamente discriminados nos anexos deste Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.5.1. A conclusão de todas as etapas e quantidades presentes na planilha de formação de preços.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#))

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada pela fiscalização..

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2 A medição deverá seguir o seguinte cronograma: a contratada apresentará planilha com a indicação das quantidades executadas no período que será avaliada pela fiscalização para autorização da emissão da Nota Fiscal.

Do recebimento

7.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.3.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.3.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.4.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.4.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018](#)).

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **INCC** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será Empreitada por preço Global.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade ([art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#));

Exigências de habilitação

8.4. O licitante que não cumprir os critérios de habilitação será desclassificado do certame.

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos: Profissional habilitado em engenharia civil, elétrica ou arquitetura com registro válido no CREA.

Habilitação jurídica

8.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.9. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.13. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

- 8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);
- 8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.27. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.31. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5 % valor total estimado da contratação.
- 8.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.33. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.34. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 8.34.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação
- 8.35. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente, CREA ou CAU, em plena validade.
- 8.36. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 8.37. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s), com a informação de ART/RRT da obra, informação de contato da pessoa jurídica que concedeu o atestado e vínculo do profissional que assinou a ART com a empresa na época do atestado:
- 8.37.1. Para o Engenheiro Civil, Eletricista, Mecânico e ou Arquiteto:
- Execução de reformas em edificações de pelo menos 500,00 m²;
 - Execução de serviços de reforma de fachadas em edificações de pelo menos 5 pavimentos, com o uso de balancinho ou alpinista;
 - Execução de pátio de pavimento com blocos intertravados;
 - Execução de instalações elétricas, hidrossanitárias e pluviais;
 - Execução de instalação de aparelhos de ar condicionado;
 - Execução de reforma em telhados;
- 8.38. Os profissionais indicados na forma supra deverão participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- 8.39. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.40. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- Execução de PROJETOS DE REFORMA de pelo menos 500,00 m².
- Execução de serviços de reforma de fachadas em edificações de pelo menos 5 pavimentos, com o uso de balancinho ou alpinista;
- Execução de pátio de pavimento com blocos intertravados;
- Execução de instalações elétricas, hidrossanitárias e pluviais;
- Execução de instalação de aparelhos de ar condicionado;
- Execução de reforma em telhados;

8.41. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.41.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.41.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.42. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.42.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.42.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.42.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.42.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.42.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.42.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.42.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 445.242,92

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 445.242,92**, conforme apresentado no anexo Planilha Orçamentária.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **SR/PF/SC**

II) Fonte de Recursos: **FUNAPOL (1019000000)**

III) Programa de Trabalho: -

IV) Elemento de Despesa: **449051.00**

V) Plano Interno: **PLANO DE OBRAS 2024 - SC-2024-265 e SC-2024-266**

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NELSON BREZOLIN ROTTA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 10/07/2024 às 13:27:18.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - cOMPOSICOES.pdf (688.1 KB)
- Anexo II - MEMORIA DE CALCULO.pdf (537.75 KB)
- Anexo III - BDI.pdf (558.38 KB)
- Anexo IV - Orcamento.pdf (634.01 KB)
- Anexo V - CRONOGRAMA.pdf (529.4 KB)
- Anexo VI - reforma patio-Model.pdf (47.45 KB)
- Anexo VII - reforma patio-Model02.pdf (74.1 KB)
- Anexo VIII - SEI_34849139_Projeto_Basico.pdf (1.73 MB)

Anexo I - Orcamento.pdf



ORÇAMENTO DE OBRA - POLÍCIA FEDERAL
RESPONSÁVEL TÉCNICO: APF NELSON BREZOLIN

SERVIÇO: REFORMA SR/PF/SC										Local:		SR/PF/SC		mar/24				ABC			Reg. de tributação Desonerado		
ITEM	Fonte SINAPI	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Unid.	Quant.	MA	MO	Valor (MA+MO) - NÃO DESONERADO	Total Sem BDI	Total com BDI	Total com BDI dif	TOTAL COM BDI	Percentil	Percentil Insuums	Percentil Serviços	Acumulado	Valor (MA+MO) - DESONERADO	Total sem BDI	Total com BDI Desonerado					
											24,00%	11,00%				30,00%							
POLÍCIA FEDERAL																							
SERVIÇOS PRELIMINARES																							
1	103689	Placa de obra pintada e fixada em estrutura de madeira 1,2x1,5 m	m²	1,80	R\$ 278,11	R\$ 36,81	R\$ 314,92	R\$ 566,86	R\$ 702,90		R\$ 702,90	0,16%	0,13%	0,02%	0,16%	R\$ 310,09	R\$ 558,16	R\$ 725,61					
1.2	90778	Engenheiro civil pleno	h	40,00	R\$ -	R\$ 124,04	R\$ 124,04	R\$ 4.961,60	R\$ 6.152,38		R\$ 6.152,38	1,38%	0,00%	1,34%	1,54%	R\$ 108,03	R\$ 4.321,20	R\$ 5.617,56					
1.3	1213	Retirada de divisória parede dupla em MDF com perfisados metálicos, com reaproveitamento (SIP)	m²	9,45	R\$ 8,00	R\$ 22,68	R\$ 30,68	R\$ 289,93	R\$ 359,51		R\$ 359,51	0,08%	0,02%	0,06%	1,62%	R\$ 30,68	R\$ 289,93	R\$ 376,90					
1.4	98524	Capina e limpeza manual do pátio	m²	423,41	R\$ 0,53	R\$ 2,79	R\$ 3,32	R\$ 1.405,71	R\$ 1.743,09		R\$ 1.743,09	0,39%	0,06%	0,32%	2,01%	R\$ 2,97	R\$ 1.257,52	R\$ 1.634,78					
1.5	ORSE 00026	Coleta e carga manuais de entulho - vegetação e poda	m³	8,47	R\$ 3,13	R\$ 13,44	R\$ 16,57	R\$ 140,32	R\$ 173,99		R\$ 173,99	0,04%	0,01%	0,03%	2,05%	R\$ 16,57	R\$ 140,32	R\$ 182,41					
1.6	ORSE 13197	Locação de caixa coletoira de entulho - vegetação e poda	u	1,50	R\$ -	R\$ 350,00	R\$ 350,00	R\$ 525,00	R\$ 651,00		R\$ 651,00	0,15%	0,00%	0,14%	2,20%	R\$ 350,00	R\$ 525,00	R\$ 682,50					
1.7	97641	Remoção de forro de gesso de forma manual (guarita)	m²	83,50	R\$ 0,47	R\$ 2,69	R\$ 3,16	R\$ 263,86	R\$ 327,19		R\$ 327,19	0,07%	0,01%	0,06%	2,27%	R\$ 2,82	R\$ 235,47	R\$ 306,11					
1.8	ORSE 00026	Coleta e carga manuais de entulho - gesso	m³	8,35	R\$ 3,13	R\$ 13,44	R\$ 16,57	R\$ 138,36	R\$ 171,57		R\$ 171,57	0,04%	0,01%	0,03%	2,31%	R\$ 16,57	R\$ 138,36	R\$ 179,87					
1.9	ORSE 13197	Locação de caixa coletoira de entulho - gesso	u	1,50	R\$ -	R\$ 350,00	R\$ 350,00	R\$ 525,00	R\$ 651,00		R\$ 651,00	0,15%	0,00%	0,14%	2,46%	R\$ 350,00	R\$ 525,00	R\$ 682,50					
1.10	104801	Retirada de alambrado de tela galvanizada (frente canil)	m²	43,32	R\$ 2,31	R\$ 13,24	R\$ 15,55	R\$ 673,63	R\$ 835,30		R\$ 835,30	0,19%	0,03%	0,15%	2,64%	R\$ 13,82	R\$ 598,68	R\$ 778,29					
1.11	97633	Demolição de piso cerâmico (ao redor da guarita)	m²	28,00	R\$ 3,96	R\$ 20,62	R\$ 24,58	R\$ 688,24	R\$ 853,42		R\$ 853,42	0,19%	0,03%	0,16%	2,83%	R\$ 21,89	R\$ 612,92	R\$ 796,80					
1.12	97621	Demolição de contrapiso (ao redor da guarita)	m²	28,00	R\$ 1,96	R\$ 10,36	R\$ 12,32	R\$ 344,96	R\$ 427,75		R\$ 427,75	0,10%	0,01%	0,08%	2,93%	R\$ 10,36	R\$ 306,88	R\$ 398,94					
1.13	ORSE 00026	Coleta e carga manuais de entulho - obra	m³	20,00	R\$ 3,13	R\$ 13,44	R\$ 16,57	R\$ 331,40	R\$ 410,94		R\$ 410,94	0,09%	0,02%	0,07%	3,02%	R\$ 16,57	R\$ 331,40	R\$ 430,82					
1.14	ORSE 13197	Locação de caixa coletoira de entulho - obra	u	3,00	R\$ -	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 900,00	R\$ 1.116,00		R\$ 1.116,00	0,25%	0,00%	0,24%	3,27%	R\$ 300,00	R\$ 900,00	R\$ 1.170,00					
1.15	101418	Demolição de estruturas metálicas (toldos de cobertura)	m²	0,75	R\$ 544,01	R\$ 4.136,63	R\$ 4.680,64	R\$ 3.510,48	R\$ 4.353,00		R\$ 4.353,00	0,98%	0,11%	0,84%	4,25%	R\$ 4.133,79	R\$ 3.100,34	R\$ 4.030,45					
1.16	104790	Demolição de calçadas e passeios em concreto armado (pátio e rua)	m²	17,45	R\$ 56,13	R\$ 53,05	R\$ 109,18	R\$ 1.905,63	R\$ 2.362,98		R\$ 2.362,98	0,53%	0,26%	0,25%	4,78%	R\$ 102,22	R\$ 1.784,15	R\$ 2.319,39					
1.17	104797	Remoção de guia pré fabricada de concreto	m	34,32	R\$ 6,40	R\$ 11,29	R\$ 17,69	R\$ 607,12	R\$ 752,83		R\$ 752,83	0,17%	0,06%	0,10%	4,95%	R\$ 16,75	R\$ 574,86	R\$ 747,32					
1.18	97665	Remoção de luminárias de forma manual (guarita)	u	21,00	R\$ 0,26	R\$ 1,79	R\$ 2,05	R\$ 43,05	R\$ 53,38		R\$ 53,38	0,01%	0,00%	0,01%	4,96%	R\$ 1,83	R\$ 38,43	R\$ 49,96					
1.19	6111	Demolição de telhado (guarita e academia)	m²	180,00	R\$ 1,35	R\$ 7,11	R\$ 8,46	R\$ 1.522,80	R\$ 1.888,27		R\$ 1.888,27	0,42%	0,07%	0,34%	5,39%	R\$ 8,46	R\$ 1.522,80	R\$ 1.979,64					
1.20	104803	Remoção de calhas e rufos, de forma manual, sem reaproveitamento	m	44,00	R\$ 0,73	R\$ 4,28	R\$ 5,01	R\$ 220,44	R\$ 273,35		R\$ 273,35	0,06%	0,01%	0,05%	5,45%	R\$ 4,45	R\$ 195,80	R\$ 254,54					
1.21	97063	Montagem e desmontagem de andaime tubular tipo torre (inclusive andaime)	m²	150,00	R\$ 1,43	R\$ 10,05	R\$ 11,48	R\$ 1.722,00	R\$ 2.135,28		R\$ 2.135,28	0,48%	0,06%	0,41%	5,93%	R\$ 10,17	R\$ 1.525,50	R\$ 1.983,15					
MOVIMENTAÇÃO DE TERRA																							
2							R\$ 7.899,99	R\$ 9.795,99			R\$ 9.795,99				0,45%								
2.1	101124	Escavação horizontal, incluindo carga e descarga em solo de 1a categoria	m³	66,90	R\$ 12,57	R\$ 3,48	R\$ 16,05	R\$ 1.073,75	R\$ 1.331,44		R\$ 1.331,44	0,30%	0,23%	0,06%	6,23%	R\$ 15,60	R\$ 1.043,64	R\$ 1.356,73					
2.2	97918	Transporte com caminhão basculante de 6 m³, em via urbana pavimentada, DMT até 30 km	t.km	3447,60	R\$ 1,56	R\$ 0,42	R\$ 1,98	R\$ 8.626,25	R\$ 8.464,55		R\$ 8.464,55	1,90%	1,45%	0,39%	8,13%	R\$ 1,94	R\$ 6.688,34	R\$ 8.694,85					
PAVIMENTAÇÃO																							
3							R\$ 34.938,34	R\$ 43.323,55			R\$ 43.323,55				2,78%								
3.1	92398	Execução de pátio/estacionamento em piso intertravado, com bloco retangular cor natural de 20 x 10 cm, espessura 8 cm	m²	308,81	R\$ 66,21	R\$ 11,87	R\$ 78,08	R\$ 24.111,88	R\$ 29.898,74		R\$ 29.898,74	6,72%	5,51%	0,99%	14,84%	R\$ 76,52	R\$ 23.630,14	R\$ 30.719,18					
3.2	5213467 - SICRO	Fornecimento e instalação de placa de trânsito com a indicação de "Reduza a velocidade"	u	1,00	R\$ 905,35	R\$ 52,24	R\$ 957,59	R\$ 957,59	R\$ 1.187,41		R\$ 1.187,41	0,27%	0,24%	0,01%	15,11%	R\$ 937,59	R\$ 937,59	R\$ 1.218,87					
3.3	5213362 - SICRO	Instalação de tachões reflexivos em plástico injetado - bidirecional - fornecimento e instalação - marginal de acesso, entrada e pátio	u	40,00	R\$ 77,12	R\$ 15,17	R\$ 92,29	R\$ 3.691,60	R\$ 4.577,58		R\$ 4.577,58	1,03%	0,83%	0,16%	16,14%	R\$ 82,50	R\$ 3.300,00	R\$ 4.290,00					
3.4	94275	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x20 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de empreendimentos	m	3,50	R\$ 31,90	R\$ 16,52	R\$ 48,42	R\$ 169,47	R\$ 210,14		R\$ 210,14	0,05%	0,03%	0,02%	16,19%	R\$ 46,25	R\$ 161,88	R\$ 210,44					
3.5	101864	Recomposição de bloco retangular intertravado, espessura 8 cm, com reaproveitamento dos blocos (toda a área da guarita e rua)	m²	155,00	R\$ 12,78	R\$ 25,98	R\$ 38,76	R\$ 6.007,90	R\$ 7.449,67		R\$ 7.449,67	1,67%	0,53%	1,09%	17,86%	R\$ 35,37	R\$ 5.482,35	R\$ 7.127,06					
PINTURAS																							
4							R\$ 8.139,91	R\$ 10.093,49			R\$ 10.093,49				0,95%								
4.1	102498	Pintura de meio fio com tinta epóxi na cor branca - duas demãos	m	280,00	R\$ 0,42	R\$ 1,31	R\$ 1,73	R\$ 484,40	R\$ 600,66		R\$ 600,66	0,13%	0,03%	0,10%	17,99%	R\$ 1,57	R\$ 439,60	R\$ 571,48					
4.2	87290	Argamassa para emboço/massa única assentamento em alvenaria - guarita	m³	5,00	R\$ 483,63	R\$ 70,63	R\$ 554,26	R\$ 2.771,30	R\$ 3.436,41		R\$ 3.436,41	0,77%	0,65%	0,10%	18,77%	R\$ 534,39	R\$ 2.671,95	R\$ 3.473,54					
4.3	95266	Aplicação de pintura acrílica em paredes externas tinta premium - guarita	m²	68,00	R\$ 9,46	R\$ 7,57	R\$ 17,03	R\$ 1.158,04	R\$ 1.435,97		R\$ 1.435,97	0,32%	0,17%	0,14%	19,09%	R\$ 15,00	R\$ 1.020,00	R\$ 1.326,00					
4.4	102498	Pintura de meio fio com tinta epóxi na cor amarela - duas demãos	m	30,00	R\$ 0,42	R\$ 1,31	R\$ 1,73	R\$ 51,90	R\$ 64,36		R\$ 64,36	0,01%	0,00%	0,01%	19,10%	R\$ 1,57	R\$ 47,10	R\$ 61,23					
4.5	102500	Pintura de vagas de estacionamento com tinta acrílica na cor amarela - duas demãos - 10cm	m	780,10	R\$ 1,83	R\$ 2,88	R\$ 4,71	R\$ 3.674,27	R\$ 4.556,10		R\$ 4.556,10	1,02%	0,38%	0,61%	20,13%	R\$ 4,33	R\$ 3.377,83	R\$ 4.391,18					
TELHAÇOS																							
5							R\$ 38.662,60	R\$ 47.941,63			R\$ 47.941,63				2,34%								
5.1															0,00%								
5.1.1	101979	Chapim (capa) em aço galvanizado	m	14,60	R\$ 179,56	R\$ 25,58	R\$ 205,14	R\$ 2.995,04	R\$ 3.713,85		R\$ 3.713,85	0,83%	0,71%	0,10%	20,96%	R\$ 41,82	R\$ 610,57	R\$ 793,74					
5.1.2	94228	Calha em chapa de aço galvanizado n 24, desenvolvimento 50 cm, incluso transporte vertical	m	17,00	R\$ 70,88	R\$ 15,08	R\$ 85,96	R\$ 1.461,32	R\$ 1.812,04		R\$ 1.812,04	0,41%	0,32%	0,07%	21,37%	R\$ 83,97	R\$ 1.427,49	R\$ 1.855,74					
5.1.3	90580	Tubo de queda pvc, água pluvial, DN 150 cm	m	27,00	R\$ 58,39	R\$ 6,32	R\$ 64,71	R\$ 1.747,17	R\$ 2.166,49		R\$ 2.166,49	0,49%	0,42%	0,05%	21,85%	R\$ 63,88	R\$ 1.724,76	R\$ 2.242,19					
5.1.4	94213	Telhado com telha de alumínio e=0,5mm, incluso içamento	m²	130,00	R\$ 63,29	R\$ 4,23	R\$ 67,52	R\$ 8.777,60	R\$ 10.884,22		R\$ 10.884,22	2,44%	2,22%	0,15%	24,30%	R\$ 66,97	R\$ 8.706,10	R\$ 11.137,93					
5.1.5	Comp 01	Impermeabilização de telhado com borracha líquida - 3 demãos - em telhados, rufos e calhas	m²	106,00	R\$ 20,55	R\$ 50,63	R\$ 71,18	R\$ 7.545,08	R\$ 9.355,90		R\$ 9.355,90	2,10%	0,59%	1,45%	26,40%	R\$ 71,18	R\$ 7.545,08	R\$ 9.808,60					
5.1.6	94231	Rufo em chapa de aço galvanizado, incluso transporte vertical	m	32,70	R\$ 43,67	R\$ 7,68	R\$ 51,35	R\$ 1.679,15	R\$ 2.082,14		R\$ 2.082,14	0,47%	0,38%	0,07%	26,87%	R\$ 50,33	R\$ 1.645,79	R\$ 2.159,53					
TELHAÇOS																							
5.2															0,47%								
5.2.1	94227	Calha em chapa de aço galvanizado n 24, desenvolvimento 33 cm, incluso transporte vertical	m	32,38	R\$ 52,11	R\$ 11,08	R\$ 63,19	R\$ 2.046,09	R\$ 2.537,15		R\$ 2.537,15	0,77%	0,45%	1,01%	27,44%	R\$ 61,72	R\$ 1.998,49	R\$ 2.598,04					
5.2.2	89578	Tubo de queda pvc, água pluvial, DN 100 cm	m	12,00	R\$ 27,75	R\$ 3,66	R\$ 31,41	R\$ 3.762,92	R\$ 467,38		R\$ 467,38	0,10%	0,09%	0,01%	27,54%	R\$ 30,93	R\$ 371,16	R\$ 482,51					
5.2.3	94449	Telhado com telha lisa de polipropileno, incluso içamento	m²	79,64	R\$ 58,90	R\$ 6,13	R\$ 65,03	R\$ 5.178,99	R\$ 6.421,95		R\$ 6.421,95	1,44%	1,26%	0,13%	28,98%	R\$ 64,22	R\$ 5.114,48	R\$ 6.648,83					
5.2.4	92580	Trama de aço composta por ripas, cabros e terças para telhados, incluso içamento	m²	79,64	R\$ 57,74	R\$ 7,46	R\$ 65,20	R\$ 5.192,53	R\$ 6.438,73		R\$ 6.438,73	1,45%	1,24%	0,16%	30,43%	R\$ 64,22	R\$ 5.114,48	R\$ 6.648,83					
5.2.5	94231	Rufo em chapa de aço galvanizado, incluso transporte vertical	m	32,38	R\$ 43,67	R\$ 7,68	R\$ 51,35	R\$ 1.662,71	R\$ 2.061,76		R\$ 2.061,76	0,46%	0,38%	0,07%	30,89%	R\$ 50,33	R\$ 1.629,69	R\$ 2.118,59					
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS																							
6							R\$ 8.830,09	R\$ 10.949,31			R\$ 10.949,31				0,84%								
6.1	97063	Montagem e desmontagem de andaime tubular tipo torre (inclusive andaime)	m²	75,00	R\$ 1,43	R\$ 10,05	R\$ 11,48	R\$ 861,00	R\$ 1.067,64		R\$ 1.067,64	0,24%	0,03%	0,20%	31,13%	R\$ 10,17	R\$ 762,75	R\$ 991,50					
6.2	91933	Criação de circuito elétrico para tomada de ar condicionado, 3 fases, com cabo de cobre flexível isolado, 10 mm², anti-chama	m	210,00	R\$ 12,34	R\$ 2,53	R\$ 14,87	R\$ 3.122,70	R\$ 3.872,15														

Anexo II - BDI.pdf



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI - POLÍCIA FEDERAL
RESPONSÁVEL TÉCNICO: APF NÉLSON BREZOLIN

SERVIÇO: REFORMA DO PÁTIO SR/PF/SC

BDI PADRÃO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA %
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00
2	SEGUROS E IMPREVISTOS	2,07
3	DESPESAS FINANCEIRAS	1,23
4	IMPOSTOS	6,65
5	BONIFICAÇÃO	7,40

IMPOSTOS CONSIDERADOS

ISS	3,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB	0,00%
TOTAL	6,65%

CÁLCULO DO BDI

$$BDI = \frac{(1+X)(1+Y)(1+Z)}{(1-I)} - 1, \text{ onde } 1,2354$$

X= TAXA DE SOMATÓRIA DAS DESPESAS
Y= TAXA DE SOMATÓRIA DAS DESPESAS FINANCEIRAS
Z= TAXA DE LUCRO
I= IMPOSTOS

BDI

23,54%

BDI Adotado

24,00%

SERVIÇO: REFORMA DO PÁTIO SR/PF/SC

BDI DIFERENCIADO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA %
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,45
2	SEGUROS E IMPREVISTOS	1,33
3	DESPESAS FINANCEIRAS	0,85
4	IMPOSTOS	0,00
5	BONIFICAÇÃO	5,11

IMPOSTOS CONSIDERADOS

ISS	3,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB	0,00%
TOTAL	6,65%

CÁLCULO DO BDI

$$BDI = \frac{(1+X)(1+Y)(1+Z)}{(1-I)} - 1, \text{ onde } 1,1107$$

X= TAXA DE SOMATÓRIA DAS DESPESAS
Y= TAXA DE SOMATÓRIA DAS DESPESAS FINANCEIRAS
Z= TAXA DE LUCRO
I= IMPOSTOS

BDI

11,07%

BDI Dif. Adotado

11,00%

SERVIÇO: REFORMA DO PÁTIO SR/PF/SC

BDI DESONERADO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA %
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00
2	SEGUROS E IMPREVISTOS	2,07
3	DESPESAS FINANCEIRAS	1,23
4	IMPOSTOS	11,15
5	BONIFICAÇÃO	7,40

IMPOSTOS CONSIDERADOS

ISS	3,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB	4,50%
TOTAL	11,15%

CÁLCULO DO BDI

$$BDI = \frac{(1+X)(1+Y)(1+Z)}{(1-I)} - 1, \text{ onde } 1,2979$$

X= TAXA DE SOMATÓRIA DAS DESPESAS
Y= TAXA DE SOMATÓRIA DAS DESPESAS FINANCEIRAS
Z= TAXA DE LUCRO
I= IMPOSTOS

BDI

29,79%

BDI Adotado

30,00%

Anexo III - cOMPOSICOES.pdf



COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS COMPLEMENTARES - POLÍCIA FEDERAL
RESPONSÁVEL TÉCNICO: APF NÉLSON BREZOLIN

SERVIÇO: REFORMA SR/PF/SC

CÓDIGOS		DESCRIÇÃO	UNID.	COEF.	R\$ UNIT. MAT	R\$ UNIT. MO	R\$ UNIT. TOTAL	R\$ TOTAL MAT	R\$ TOTAL MO	R\$ TOTAL
ABA SERVIÇOS	ABA INSUMOS									
		REBAIXAMENTO CAIXA DE PASSAGEM	UN					50,92	110,58	161,50
89995		GRAUTEAMENTO DE CINTA SUPERIOR OU DE VERGA EM ALVENARIA ESTRUTURAL. AF_09/2021	M3	0,0585	645,51	373,62	1.019,13	37,76	21,86	59,62
88309		PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,0000	3,35	26,77	30,12	6,70	53,54	60,24
88316		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,0000	3,23	17,59	20,82	6,46	35,18	41,64

	Comp 01	Impermeabilização de telhado com borracha líquida - 3 demãos	u	q	p	t				
	Mercado	Impermeabilizante borracha líquida 4,3 kg	kg	3,95	200	50,63				
	88310	Pintor com encargos	h	0,535	32,69	17,49				
	88316	Servente com encargos - limpeza	h	0,134	22,8	3,06				
					m²	71,18				
		Montagem e desmontagem de andaime tubular tipo torre (inclusive andaime)		3	9,97	29,91				
		Locação de andaime		28	1,16	32,48				
						62,39				
	Comp 02	Fornecimento e instalação de cancela automática braço de 3,5 m	u	q	p	t				
	Mercado	Cancela automática braço de 3,5 m	u	1	3772,44	3.772,44				
	88264	Eletricista com encargos	h	5	34,56	172,80				
	088247	Auxiliar de eletricista com encargos	h	5,0000	26,15	130,75				
						4.075,99				
	Comp 03	Fornecimneto e instalação de piso em placas de pneu reciclado 1x1 m	u	q	p	t				
	Mercado	Piso de pneu recilado	m²	1,0000	140,53	140,53				
	088316	Servente com encargos	h	0,3500	22,80	7,98				
						148,51				

Piso emborrachado
Pisos & Cia 168
Decor 113,05
Média 140,525

	Comp 04	Bebedouro purificador de água	u	q	p	t				
	mercado	bebedouro IBBL	u	1,0000	2.800,33	2.800,33				
	088267	Encanador com encargos	h	0,5000	31,44	15,72				
	088247	Auxiliar de eletricista com encargos	h	0,5000	26,15	13,08				
					Total	2.829,13				

Bebedouro

frigelar2959

Lamari3059

Americana:2383

Média2800,333333

Anexo IV - MEMORIA DE CALCULO.pdf



MEMORIAL DE CÁLCULO DE QUANTIDADES - POLÍCIA FEDERAL
RESPONSÁVEL TÉCNICO: APF NÉLSON BREZOLIN

SERVIÇO: DEMOLIÇÃO CANIL E AMPLIAÇÃO PÁTIO SR/PF/SC

		SERVIÇOS PRELIMINARES				
		PLACA OBRA PINTADA E FIXADA EM ESTRUTURA MADEIRA	M2	Área	6	m2
		REMOÇÃO DE TRAMA METÁLICA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	Telheiro	31,5	m2
		RETIRADA DE ALAMBRADO DE TELA GALVANIZADA	M2	Altura	2	m
				Compr.	68,9	m
				Área	137,8	m2
		DEMOLIÇÃO DE CALÇADA E PASSEIOS COM 6CM	M2	Fundos	0,00	m2
				Frente	30,06	m2
				Total	30,06	m2
		ARRANCAMENTO DE MEIO-FIO	M			
				Frente	35,4	m
				Total	35,4	m
		DEMOLIÇÃO DE PILARES E VIGAS EM CONCRETO ARMADO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3	Baldrame	0,257	m3
				Sapata	0,432	m3
				Total	0,689	m3
		MOVIMENTAÇÃO DE TERRA				
		ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3). AF_07/2020	M3	Área total	260	m2
				Espes.	0,3	m
				Volume	78	m3
		TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	Volume	78	m3
				Peso	132,6	ton
				Distância	26	km
				Total	3447,6	ton x km
		PAVIMENTAÇÃO				
		EXECUÇÃO DE PÁTIO/ESTACIONAMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	M2	Frente 1	40	m2
				Frente 2	194,69	m2
				Frente 3	26,22	m2
				Total	260,91	m2

		ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ- FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA URBANIZAÇÃO INTERNA DE EMPREENDIMENTOS. AF_06/2016_P	M			
				Frente	3,5	m
		PINTURAS				
		Pintura de meio fio com tinta epóxi na cor branca - duas demãos	m²	Externo	80	m
				Interno 01	200	m
				Total	280	m²
		Pintura de meio fio com tinta epóxi na cor amarela - duas demãos	m	Externo	50	m
				Interno 01	30	m
				Total	80	m
		Pintura de vagas de estacionamento com tinta epóxi na cor amarela - duas demãos	m²	Comprimento	780,1	m
				Largura	0,1	m
				Total	78,1	m2
		Impermeabilização de telhado com borracha líquida - 3 demãos - em telhados, rufos e calhas	m²	Comprimento		m
				Largura		m
						m²
		Pele de vidro				
		PLACA OBRA PINTADA E FIXADA EM ESTRUTURA MADEIRA	M2	Área	6	m2

Anexo V - CRONOGRAMA.pdf



CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

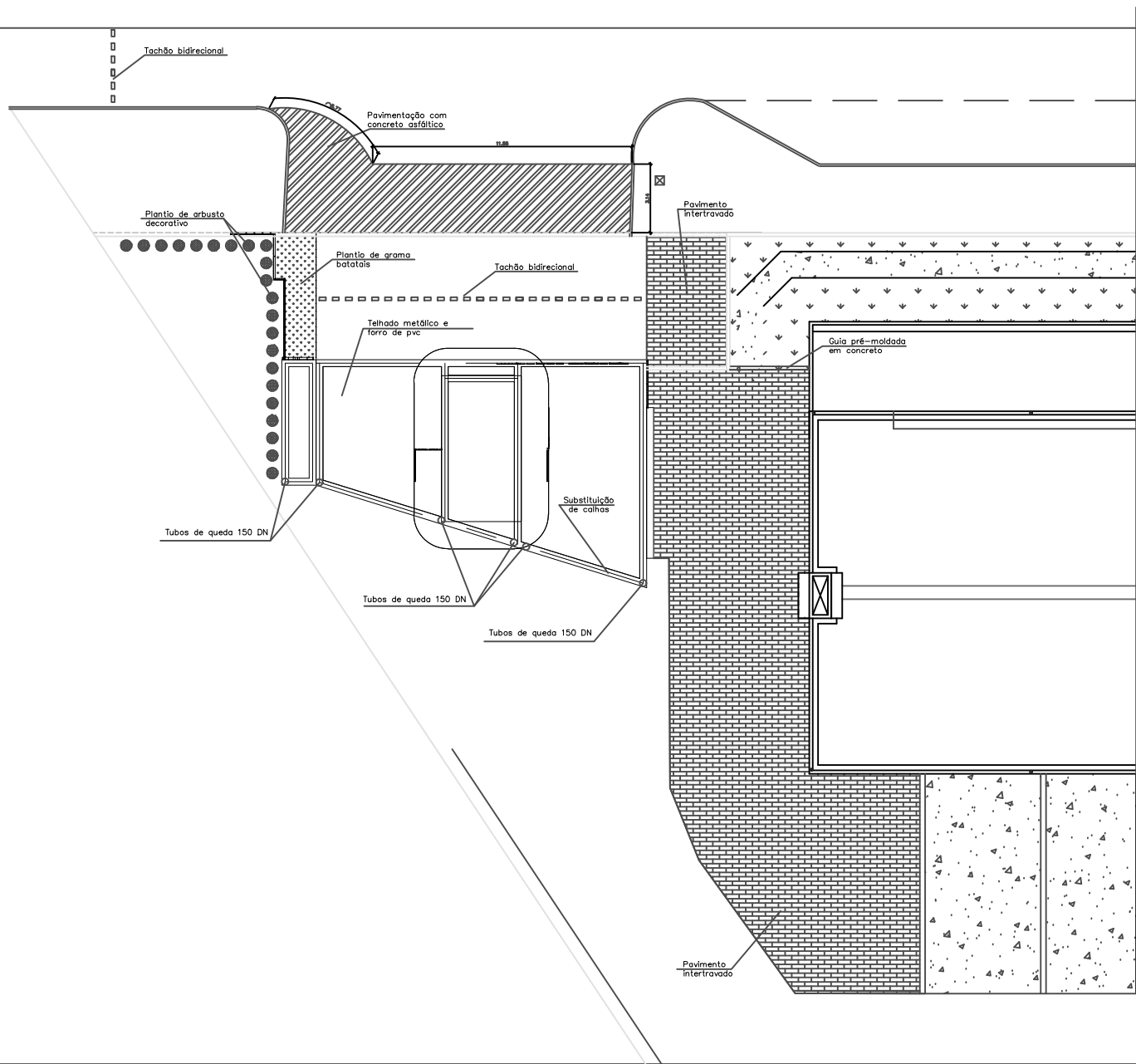
SERVIÇO: REFORMA SR/PF/SC

Item	Descrição	Valor com BDI=24%	Mês 01		Mês 02	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 26.395,11	R\$ 26.395,11	100%	R\$ -	0%
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA	R\$ 9.795,99	R\$ 9.795,99	100%	R\$ -	0%
3	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 43.323,55	R\$ 21.661,77	50%	R\$ 21.661,77	50%
4	PINTURAS	R\$ 10.093,49	R\$ 2.018,70	20%	R\$ 8.074,79	80%
5	TELHADOS	R\$ 47.941,63	R\$ 9.588,33	20%	R\$ 38.353,30	80%
6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 10.949,31	R\$ 1.094,93	10%	R\$ 9.854,38	90%
7	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	R\$ 296.743,85	R\$ 118.697,54	40%	R\$ 178.046,31	60%
TOTAL		R\$ 445.242,92	R\$ 189.252,37		R\$ 255.990,56	

Total	
R\$	26.395,11
R\$	9.795,99
R\$	43.323,55
R\$	10.093,49
R\$	47.941,63
R\$	10.949,31
R\$	296.743,85
R\$	445.242,92

Anexo VI - reforma patio-Model.pdf

Anexo VII - reforma patio-Model02.pdf



Polícia Federal			
PROJETO Reforma SR/PF/SC		DESENHO	
CONTEÚDO DEMOLUÇÃO		ESCALA	
LOCAL Rua Paschoal Apostolo Pithois, 4744 - AGRONOMICA - FUM/SC		DATA mar/24	
PROPRIETARIO	PROJETO	PROVENCA	
POLICIA FEDERAL	NELSON BRETELIN ROTA DIO CIVIL 166531 CREA/RS		

Anexo VIII - SEI_34849139_Projeto_Basico.pdf



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/SC

PROJETO BÁSICO

1. DETALHAMENTO DO OBJETO

- 1.1. O objeto da licitação consiste na contratação de empresas de engenharia para a execução de serviços para reforma do pátio da SR/PF/SC, pequenas melhorias, correções de patologias construtivas e execução de novos toldos de cobertura.
- 1.2. A perfeita execução do objeto deverá seguir as orientações contidas nesse Projeto Básico, no Projeto Executivo, na Planilha de formação de preços, nas NBRs relacionadas aos serviços a serem executados e nas orientações de fabricantes de produtos a serem utilizados nos serviços.

2. SERVIÇOS PRELIMINARES E DEMOLIÇÕES

- 2.1. A contratada deverá afixar placa de obra em local a ser indicado pela fiscalização. A placa deverá seguir o padrão do manual https://www.gov.br/secom/pt-br/central-de-conteudo/manuais/uso-da-marca-do-governo-federal/2023-jan_br_govfederal_manual-de-uso_placas.
- 2.2. No pátio:
- 2.2.1. Deverá ser executada capina manual em todo o pátio de estacionamento, com arrancamento de vegetação pela raiz. O resíduo da capina deverá ser descartado em caçamba própria para restos de poda.
 - 2.2.2. Deverá ser demolido o forro de gesso da guarita. O resíduo da demolição deverá ser descartado em caçamba própria para gesso.
 - 2.2.3. Deverá ser demolido o gradil em frente a estrutura do canil.
 - 2.2.4. Deverá ser demolido o piso cerâmico ao redor da guarita e o contrapiso deverá ser apicoado para receber novo revestimento.
 - 2.2.5. Deverão ser demolidos passeios e pisos conforme indicados em projeto.
 - 2.2.6. Deverão ser arrancadas as guias de concreto, conforme indicado em projeto.
 - 2.2.7. Deverá ser demolido o telhado da guarita e a iluminação do forro externo.
- 2.3. Interno:
- 2.3.1. Deverá ser demolido o telhado de policarbonato da academia.
 - 2.3.2. Deverão ser removidas paredes divisórias do SIP, com reaproveitamento, conforme indicado pela fiscalização. Será executado novo layout para o SIP conforme orientação da fiscalização.

3. MOVIMENTAÇÕES DE TERRA E PAVIMENTAÇÃO

- 3.1. Deverá ser realizada escavação horizontal de solo de forma que a área escavada possa receber pavimentação e ficar no mesmo nível do restante do pátio.



Local a ser escavado e que receberá o novo pavimento intertravado.

3.2. Será executado pátio de estacionamento com blocos intertravados de concreto retangulares, 20x10x8 cm na cor natural. Serão feitos os fechamentos com guia de concreto pré-moldada conforme indicados em projeto.

3.3. Será feita a instalação de tachões bidirecionais amarelos (25x15x15 cm) nos locais e quantidades indicadas no projeto.

4. PINTURAS

4.1. Será realizado o emassamento das superfícies da parede externa da guarita e preparo para pintura.

4.2. Deverá ser aplicada tinta acrílica premium Suvinil ou equivalente técnico. Toda a a parede deverá ser repintada.

4.3. Deverão ser pintados os meio-fios de concreto nas cores amarelo e branco conforme indicação da fiscalização. Será usada tinta acrílica Suvinil para pisos ou equivalente técnico.

4.4. Deverá ser feita a repintura de todas as marcações de vagas de estacionamento com tinta acrílica Suvinil epóxi para pisos ou equivalente técnico na cor amarela.

5. TELHADOS

5.1. O telhado da guarita deverá ser todo demolido. Serão instaladas novas calhas com base mínima de de 20 cm e novos tubos de queda com diâmetro nominal de 150 cm no locais indicados em projeto.

5.2. O novo telhado deverá ser executado em folha de aluzinco preservando o caimento possível dentro da platibanda.

5.3. Serão substituídos os rufos e algerosas existentes por novas estruturas.

- 5.4. O telhado de polycarbonato da academia será demolido.
- 5.5. Deverá ser executada nova estrutura compreendo todo vão do estacionamento, conforme indicado em projeto.
- 5.6. O telhamento deverá ser executado em polycarbonato fumê. O caimento da nova estrutura deverá ser invertido.
- 5.7. Serão instaladas calhas e rufos para o novo telhado.

6. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

- 6.1. Toda iluminação externa da guarita deverá ser refeita seguindo o mesmo padrão existente.
- 6.2. Deverão ser criados circuitos terminais de tomada para instalação de ar condicionado tipo split nos locais indicados.
- 6.3. Em frente ao letreiro da entrada será criada infraestrutura subterrânea para instalação de 4 luminárias tipo balizador IP66 LED 0,65 W - 2700K, 12V - ref Interlight IL3940-S-PM.

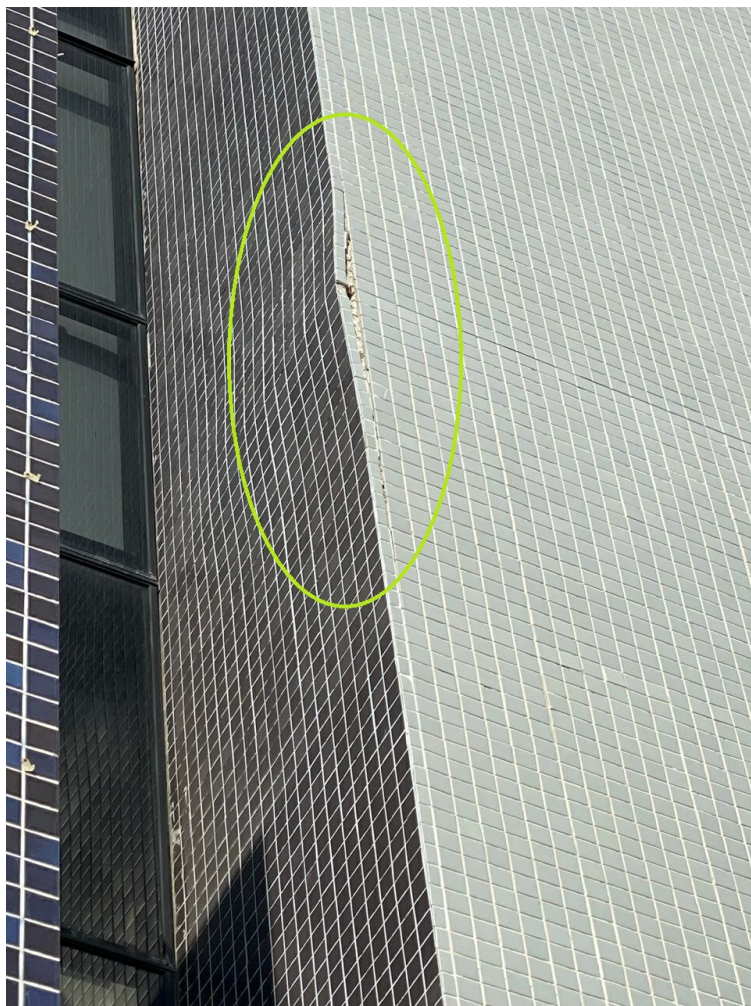
7. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

- 7.1. Deverá ser feita a substituição da porta corta-fogo do auditório. A nova porta a ser instalada deverá ter sistema de fecho vertical, abertura por meio de barra e permitir apenas abertura interna. Deverão ser considerados sistemas de vedação com borracha a fim de evitar frestas de iluminação e a entrada de águas pluviais.
- 7.2. Serão realizados os plantios de cerca viva ligustrina e de grama nos locais indicados em projeto.
- 7.3. Todas as esquadrias de vedação receberão a aplicação de espuma expansiva em poliuretano nos locais de encontro com as alvenarias. O serviço deverá ser realizado com uso de balancim.



Indicação do local das vedações em verde.

7.4. Deverá ser executado serviço de revisão do revestimento cerâmico em pastilhas das fachadas com a correção dos descolamentos existentes. O serviço deverá ser realizado com uso de balancim.





Pontos que necessitam intervenção.

- 7.5. O forro externo da guarita deverá ser demolido e substituído pro forro de PVC na cor cinza escura. A iluminação deverá ser totalmente substituída. Os spots e plafons deverão ser de marcas de referência de mercado como Osram, Brillia e Stella.
- 7.6. Deverão ser criados pontos de água fria e esgoto com ligação nos banheiros para instalação de bebedouro purificador acessível de parede ref. IBBL PDF300-20T 220 V com duas torneiras. Os pontos de instalação serão indicados pela fiscalização.
- 7.7. Serão instalados painéis acústicos na antessala do auditório com placas modulares de lã mineral revestidas de tecido em polipropileno na cor grafite e perfis em alumínio.

NÉLSON BREZOLIN ROTTA
Agente de Polícia Federal
Engº Civil CREA/RS 166931
Coordenador do GTED/SR/PF/SC



Documento assinado eletronicamente por **NELSON BREZOLIN ROTTA**, Agente de Polícia Federal, em 23/04/2024, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34849139&crc=48F49F05](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34849139&crc=48F49F05).

Código verificador: **34849139** e Código CRC: **48F49F05**.

Referência: Processo nº 08490.000658/2024-34

SEI nº 34849139